



FEDERAÇÃO BRASIL DA ESPERANÇA – FÉ BRASIL

PROGRAMA DE GOVERNO PARA MS

2023 – 2027

Partidos que integram a Federação:

Partido dos Trabalhadores (PT)

Partido Comunista do Brasil (PCdoB)

Partido Verde (PV)

PROGRAMA DE GOVERNO PARA MS - 2023 – 2027

1. APRESENTAÇÃO

Construir um Programa de Governo de MS – Mato Grosso do Sul é um desafio e também uma oportunidade de ampliar os espaços de debate público e construir relações com setores sociais e políticos.

Nesta proposta, procuramos dar ênfase a políticas públicas integradas, com atenção especial à saúde, habitação; geração de emprego e renda; educação; assistência social; meio ambiente e saneamento; desenvolvimento agrário, povos indígenas e comunidades tradicionais; mulheres; juventude; esporte, lazer e cultura; combate ao racismo; LGBTQIA+; segurança pública e; desenvolvimento econômico, indústria, comércio e serviços.

Foi criado um site específico do programa de governo, *mspopulardenovo*, com o objetivo de abrir espaço para as contribuições da população. As propostas foram elaboradas com base no Programa de Reconstrução do Brasil, da Fundação Perseu Abramo.

3. DIRETRIZES GERAIS DO PROGRAMA DE GOVERNO

- A volta do governo Lula pode resgatar a esperança na reconstrução do país, devastado por um processo de destruição que nos trouxe de volta ao mapa da fome, ao desemprego, a inflação e o desalento das famílias. Em Mato Grosso do Sul, apresentamos a candidata Giselle Marques ao governo do estado pela Federação, para auxiliar o Governo Federal no processo de reconstrução nacional e impulsionar o desenvolvimento sustentável do estado.
- Acreditamos na capacidade de mudar os rumos da história para superar uma profunda crise social, humanitária, política e econômica, agravada por um governo negacionista, que negligenciou os efeitos da pandemia, sendo o principal responsável por centenas de milhares de mortes.
- A política econômica vigente é a principal responsável pela decomposição das condições de vida da população, da instabilidade e dos retrocessos na produção e no consumo. O desemprego e a subutilização da força de trabalho seguem extremamente elevados, enquanto a precarização do trabalho aumenta.
- As políticas sociais relativas às mulheres, negros e jovens sofrem com o desmonte das

políticas públicas. Populações indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais têm conquistas atacadas sem trégua. A saúde, a assistência social e a previdência vêm sofrendo ataques e retrocessos nos direitos antes conquistados. Educação, Ciência e Tecnologia sofrem ameaças, cortes de investimentos e mudanças regressivas enquanto a Cultura é perseguida e até criminalizada. Os órgãos de proteção ambiental são desestruturados e as atividades fiscalizatórias desautorizadas.

- Diante desta situação, o primeiro e mais urgente compromisso que assumimos é com a restauração das condições de vida da parte da população sul-mato-grossense que mais sofreu com a crise, a fome, o alto custo de vida, os que perderam o emprego, o lar e a vida em família. É preciso realizar ações emergenciais e, ao mesmo tempo, políticas estruturantes.
- Assumimos o compromisso com a justiça e a inclusão social. Direito ao trabalho; emprego; renda e segurança alimentar para combater a fome; a pobreza; o desemprego, a precarização do trabalho e do emprego; a desigualdade; e a concentração de renda e de riquezas.
- Temos compromisso com os direitos humanos, a cultura e o reconhecimento da diversidade. O modelo de estado que defendemos deve proteger as pessoas de todas as formas de violência, opressão, desigualdades, discriminações, garantindo o direito à vida, à liberdade, à memória e à verdade. Nosso compromisso é com a dignidade humana e com a defesa da população historicamente privada de direitos no Brasil.
- Temos compromisso com a sustentabilidade social, ambiental, econômica e com o enfrentamento das mudanças climáticas. Isso requer cuidar de nossas riquezas naturais, produzir e consumir de forma sustentável e mudar o padrão de produção e consumo de energia no país, participando do esforço mundial para combater a crise climática. Somaremos esforços na construção de sistemas alimentares saudáveis, produzidos dentro de processos sustentáveis, no avanço da transição ecológica e energética, apoiando o surgimento de uma economia verde inclusiva, baseada na conservação, na restauração e no uso sustentável da biodiversidade de todos os biomas.
- O Brasil e o Mato Grosso do Sul da esperança exigem compromissos com o povo brasileiro e sul-mato-grossense, em torno da superação do estado neoliberal e da consolidação de um Estado de bem-estar social.
- O direito à moradia é um importante direito social previsto na Constituição. A construção de casas populares envolve não apenas a construção das residências, mas também a edificação da infraestrutura, movimentando fortemente a economia, gerando empregos diretos e

movimentando o comércio local. Essa parceria que pretendemos estabelecer com a União, vai possibilitar que as pessoas que vivem no Mato Grosso do Sul possam ter a dignidade e a segurança de um lar.

4. OS 13 COMPROMISSOS

1. Saúde pública de qualidade

- No Governo de MS pretendemos retomar a estruturação de uma rede de saúde própria, planejada e executada gradualmente, de acordo com os apontamentos dos indicadores de saúde, de forma que as necessidades da população, ao final de quatro anos já possam ser atendidas em um Sistema Único de Saúde 100% Público e Estatal (próprias da União, Estados e Municípios);
- Foi o PT que, em nível federal, criou o SAMU, Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, através do decreto presidencial do governo Lula, nº 5.055, de 27 de abril de 2004. Vamos adquirir novas unidades móveis de saúde e colocá-las à disposição dos municípios do interior, com atendimento prioritário aos bairros de periferia, assentamentos e aldeias indígenas.
- Investiremos em unidades móveis aquáticas para atender as populações ribeirinhas do estado, muitas das quais não têm acesso ao meio urbano, como é o caso de Corumbá e região de Miranda;
- Vamos investir no diagnóstico da realidade epidemiológica dos municípios e regiões, e com base nesses dados, planejar, assessorar e ajudar a cumprir a execução dos serviços de saúde; fortalecer as auditorias e fiscalizações de forma a assegurar a correta aplicação dos recursos da saúde, com os Conselhos de Saúde;
- Ampliar e reorganizar a Rede de Assistência à Saúde do Estado em todos os níveis, de postos de Saúde à Hospitais de Grande Porte, exigindo que o que está pactuado na assistência seja cumprido, de forma a garantir o direito à saúde a todas as pessoas em todos os tipos de atendimento;
- Construir o Complexo Hospitalar de Corumbá e ampliação dos Hospitais Regionais, aumentando o número de leitos e serviços, de forma que possam atender às demandas de Média e Alta Complexidade com qualidade, em todas Regiões de Saúde de MS. Atualmente os hospitais construídos estão sendo entregues às organizações sociais, colocando recursos públicos do sistema único de saúde nas mãos da iniciativa privada;

- Atuar para fortalecer e promover no Estado uma carreira SUS, digna e justa, para todos(as) os(as) Servidores(as) da Saúde, de forma a estimular a fixação de profissionais no interior. Implantar nas cidades polo e na capital Centros de Referência em Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Atendimento integral aos autistas, capacitados para a realização de exames, e para a assistência integral à saúde da mulher.
- Reduzir gradualmente o aporte de recursos públicos para instituições privadas, aumentando na mesma proporção o aporte dos recursos na rede pública, de forma que ao final dos quatro anos de governo, os recursos públicos, ordinariamente, sejam destinados preferencialmente para Instituições Públicas Municipais, Estaduais, Federais e, excepcionalmente em urgências e necessidades específicas, para a compra de serviços junto à privada.

2. Habitação

- Em parceria com a União e Municípios, construir casas populares com infraestrutura e equipamentos públicos, priorizando terrenos a serem adquiridos nas áreas mais centrais dos meios urbanos. O PT provou saber fazer através dos programas Minha Casa Minha Vida, PAC I e PAC II, que nasceram no MS, quando governamos o estado e criamos o Cheroigami, um programa exitoso de construção de casas populares.
- Entre 2009 e 2016, o PT construiu e entregou mais de 4,2 milhões de unidades habitacionais. O Programa Minha Casa Minha Vida beneficiava diretamente a população pobre, ao prever uma faixa de renda de até R\$ 1,8 mil, atendida exclusivamente por recursos do Orçamento da União. Essa faixa ficou extinta no atual programa do governo federal. Para acabar com o benefício para a população pobre, o governo atual alegou falta de verba e suspendeu novas contratações no sistema antigo.
- Vamos enfrentar o *deficit* habitacional com a implantação de metas ousadas de habitação, promovendo o acesso à moradia como um direito universal, com foco nos segmentos populacionais mais vulnerabilizados, onde concentra a maior demanda.

3. Geração de Emprego e Renda

- O Brasil voltou ao mapa da fome e nosso compromisso é diminuir a pobreza e a desigualdade distribuindo a renda e as oportunidades. Para isso, pretendemos governar considerando dados de pesquisas universitárias produzidas no Estado, a fim de transformar o conhecimento acadêmico em políticas públicas que de fato possam melhorar a vida da população de Mato Grosso do Sul. Para tanto, pretendemos investir em novos sistemas

produtivos, como o ecoturismo e a utilização de novas tecnologias. Entre as estratégias propostas, vamos:

- Implementar programas de geração de emprego e renda em parceria com o governo federal, instituições sociais, universidades, sindicatos, Sebrae, entre outros;
- Incentivar a compra de produtos de agricultores familiares, especialmente na merenda das escolas estaduais;
- Desenvolver ações de qualificação profissional e preparação para o mundo do trabalho, com prioridade para jovens trabalhadores informais, em parceria com o Sistema S, Instituto Federal, rede estadual de ensino e empresas;
- Implementar ações voltadas à promoção do empreendedorismo, do cooperativismo, da rede de produtores, das microempresas e do terceiro setor;
- Fortalecer o Banco do Povo (criado pelo governo do PT no Mato Grosso do Sul) para oferecer consultoria e crédito aos micros e pequenos empreendedores;
- Promover políticas públicas de economia solidária, com concessões de crédito e formação de empreendedores, integrando o setor informal da economia ao processo de desenvolvimento;
- Desenvolver um programa estadual de capacitação de formação de mão-de-obra para pessoas com deficiência;
- Realizar as Feiras da Reforma Agrária, do Artesanato e da Cultura.
- Convocar motorista de aplicativos, entregadores para debater a melhoria de suas condições de trabalho;

4.Consolidar a política pública de educação

- Defender a educação pública, inclusiva, de qualidade, com participação popular, valorização dos/as profissionais da educação e gestão democrática com eleição direta para dirigentes escolares;
- Articular com os municípios a ampliação da oferta da educação infantil, creche e pré-escola, garantindo o direito das crianças à educação;
- Reformular o Ensino Médio, de forma a garantir a oferta de qualidade com formação geral e profissional, articulada com os Institutos Federais, para proporcionar autonomia à juventude;

- Fortalecer a Educação Superior e da UEMS, com garantia de autonomia financeira, administrativa e pedagógica e parceria com as demais instituições públicas de educação superior, técnica e tecnológica;
- Instituir programas e políticas de ingresso e permanência, bolsas de estudos e outras formas de incentivo para jovens no ensino médio, na educação profissional e na educação superior;
- Cumprir e incentivar os municípios a cumprirem a Lei do Piso Salarial, com reajuste pelo crescimento do Fundeb e equiparação salarial entre professores (as) convocados (as) e efetivos;
- Corrigir as diferenças salariais entre professores convocados e concursados (atualmente 32% por cento).
- Garantir o piso nacional, e a correção dos salários pelo índice do FUNDEB e não do INPC;
- Articular o “Cursinho Popular”, programa outrora implantado no nosso estado pelo Governo do PT;
- Atuar para que cada estudante tenha acesso às novas tecnologias, através de notebooks e celulares.
- Investir na capacitação dos professores em metodologias ativas, tornando mais atrativo o processo de ensino-aprendizagem.

5.Implementar a política de assistência social

- Revitalizar, qualificar e expandir a rede socioassistencial e de unidades públicas (CRAS, CREAS, CentroPop e Acolhimentos), e serviços de atenção às famílias, considerando as desigualdades das distintas regiões/territórios, o que inclui serviços integrados entre as políticas sociais, no atendimento às situações relacionadas aos ciclos de vida, isolamento social, falta de acesso, situações de violência e violações de direitos que atingem a população;
- Promover o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, com ampliação dos recursos orçamentários do Fundo Estadual de Assistência Social para que sejam condizentes com as necessidades dos diferentes públicos e territórios;
- Transformar a medidas de enfrentamento à pobreza em política de Estado, com recursos orçamentários, articulação entre as políticas públicas numa rede que alcance a garantia da proteção social às famílias e pessoas em situação de desproteção social;
- Apoiar os órgãos gestores municipais na ampliação de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, para expandir a proteção social básica aos territórios de extrema pobreza e

Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Ainda, o cofinanciamento e regionalização das ações de proteção social especial de média e alta complexidade;

- Retomar os programas sociais implementados nos períodos dos governos Zeca do PT, Lula e Dilma para enfrentar e reduzir a pobreza e a miséria do nosso povo;
- Apoiar os Municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e Programas de Transferência de Renda.

6. Meio ambiente e saneamento

- Universalizar o saneamento ampliando a rede no Estado, para que todas as pessoas tenham acesso à água encanada e a coleta e tratamento do esgoto sanitário e de resíduos sólidos.
- Priorizar ações de conservação e preservação do Bioma Pantanal;
- Buscar os “fundos verdes” em países desenvolvidos para remunerar proprietários rurais produtores e prestadores de serviços socioambientais;
- Instituir programa de recuperação e conservação de solo e água de toda a bacia do Rio Paraguai para deter principalmente o processo de assoreamento dos rios afluentes do Paraguai, bem como da Planície Pantaneira;
- Fortalecer o IMASUL e a Polícia Militar Ambiental, realizando novos concursos públicos, investindo na capacitação e na remuneração dos servidores, para aumentar a fiscalização quanto à legislação de proteção ambiental, em especial combatendo o abuso dos agrotóxicos;
- Intensificar a produção de peixes em tanques-rede, contemplando a Federação de Pescadores e Aquicultores, as comunidades ribeirinhas e quilombolas;
- Liberar linhas de crédito, assistência técnica e investir na logística e na colocação da produção no mercado, fomentando o associativismo para os pescadores profissionais e aquicultores;
- Realizar estudos de monitoramento da qualidade da água para reduzir o impacto ambiental, de modo que não haja redução da biodiversidade e nem comprometimento da saúde dos nossos rios, uma das nossas maiores riquezas naturais, indispensáveis também para o turismo, que é a verdadeira vocação do nosso estado sob a ótica do desenvolvimento sustentável.
- Fomentar a agroecologia e a integração da lavoura/floresta na atividade agropecuária.

7. Desenvolvimento agrário, povos indígenas e comunidades tradicionais

As propostas para que a agricultura familiar seja fortalecida em nosso estado são:

- Fortalecer o Conselho Estadual do Desenvolvimento Rural Sustentável;
- Apoiar as organizações associativas e cooperativas fortalecendo as formas de organização cooperativada da Agricultura Familiar;
- Estimular a permanência dos jovens no campo;
- Apoiar e criar canais de comercialização da produção da agricultura familiar;
- Promover, em conjunto com o Governo Federal, a reforma agrária e a geração de renda pela agroindustrialização da produção da agricultura familiar;
- Fortalecer a assistência técnica e extensão rural que contribua na viabilização da diversificação da matriz produtiva e no uso equilibrado de tecnologias;
- Criar a Secretaria Estadual de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário como instrumento de formulação, coordenação, promoção e implementação de políticas públicas dirigidas aos agricultores familiares tradicionais;
- Resgatar o Programa Estadual de Reforma Agrária ancorada numa forte e estreita relação institucional com o INCRA, primando por um processo permanente de diálogo como os movimentos sociais organizados de luta pela terra;
- Liberar créditos agrícolas para assentamentos e aldeias;
- Resgatar os serviços públicos essenciais de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) e da pesquisa com qualidade, revitalizando a AGRAER, CEPAER e a UEMS, articulando parcerias com o Governo Federal;
- Resgatar e consolidar a política de agroindustrialização da produção familiar, através das ideias do “Programa PROVE PANTANAL”;
- Estruturar e qualificar do CEASA como instrumento de Estado para a promoção da comercialização e abastecimento;
- Instituir um percentual do Fundersul para ações específicas de execução de obras em estradas, pontes e asfaltamento na malha viária que acessam os assentamentos, comunidades, aldeias indígenas e agricultores tradicionais do Estado.

8. Mulheres e Juventude

Em relação às mulheres:

- Criar a Secretaria Estadual de Políticas para Mulheres, com orçamento próprio e condições adequadas para o desenvolvimento de políticas públicas e programas que possam contribuir com o protagonismo das mulheres sul-mato-grossenses;
- Fortalecer o CEDM – Conselho Estadual dos Direitos da Mulher como instância representativa, independente e deliberativa;
- Fortalecer os Conselhos Municipais existentes e estimular a criação de conselhos nos municípios que ainda não implantaram;
- Fortalecer a Casa da Mulher Brasileira - CMB, espaço integrado e humanizado de atendimento às mulheres em situação de violência, levando unidades para as cidades do interior;
- Ampliar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência: centros de referência, centros especializados e espaços de abrigo;
- Ampliar a rede de enfrentamento à violência contra as mulheres: Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres 24 horas, prioritariamente nos municípios polos do interior do Estado;
- Implementar política pública de fortalecimento da autonomia econômica e financeira por meio de programas de incentivos (econômicos e financeiros) voltados à geração de emprego e renda, cooperativas e empreendimentos;
- Garantir a transversalidade e a intersetorialidade das políticas públicas priorizando, nas compras governamentais, produtos e/ou insumos oriundos de grupos de economia solidária, agricultura familiar, formados predominantemente por mulheres.
- Retomar os atendimentos do Hospital da Mulher localizado no bairro Moreninhas;
- Consolidar a política de enfrentamento à violência contra a mulher instituída nos governos do presidente Lula e presidenta Dilma, por meio da implementação da Lei Maria da Penha, Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do campo, quilombolas e indígenas;
- Combater o Femicídio investindo em políticas públicas de prevenção/investigação, além de programas de atendimento psicossocial às crianças sobreviventes das vítimas de feminicídio.

Em relação à juventude:

- Garantir o acesso à educação gratuita, universal e acessível. Por meio de políticas de assistência nesses espaços de forma a atender às necessidades financeiras, psicológicas,

- físicas e familiares dos estudantes, sobretudo das estudantes mães que necessitam de lugares seguros para o cuidado de seus filhos enquanto exercem suas atividades acadêmicas;
- Garantir o acesso à assistência psicológica e acompanhamento especializado em casos de necessidade de medicações de uso contínuo, com atenção especial para os jovens de baixa renda, situação de rua, LGBTQIA+, mães solas e meninas vítimas de violência, por meio de convênios ou parcerias;
 - Garantir a presença de um profissional de saúde mental e psicológica em cada escola e universidade/campus para o atendimento de alunos e profissionais da educação daquela instituição;

09. Esporte, Lazer e Cultura

Em relação ao esporte e lazer

- Criação do Sistema Estadual do Esporte e Lazer, na oferta de políticas de esporte e lazer, assegurando a participação e controle social e a otimização dos recursos públicos;
- Estimular os municípios a criarem seus Sistemas Municipais, estabelecendo tal medida como pré-condição para celebração de convênios, parcerias e repasses de recursos destinados ao esporte e lazer;
- Implementar o Programa de Modernização da Gestão do Futebol e apoio ao futebol feminino;
- Construção de um calendário anual unificado dos campeonatos estaduais;
- Investir em todas as práticas esportivas tais como vôlei, basquete, natação e esportes radicais e outros, tanto no esporte amador quanto no de alto rendimento;
- Investimentos na infraestrutura de equipamentos esportivos, sobretudo reforma e requalificação de quadras de escolas para o esporte escolar;
- Apoio aos municípios na criação de espaços livres para a prática de esporte.

Em relação à Cultura

- Reconhecer a cultura como agenda estratégica e indispensável ao desenvolvimento econômico, social e sustentável do Estado.
- Retomar a experiência do Fundo de Incentivo à Cultura, garantindo a aplicação de 1% da arrecadação estadual em atividades culturais;
- Retomar as experiências exitosas do governo Zeca do PT, como o Festival Temporadas Populares, entre outras que, somadas a construção de uma rede de atividades culturais,

- promova valorização e visibilidade destas iniciativas;
- Democratizar o acesso à cultura com valorização das experiências culturais populares e tradicionais - como Catira, Viola de Coxo - às comunidades afrodescendentes, indígenas, às festas de tradição paraguaias e de tradição regionais, festas das culturas das nações. Também atividades temáticas, culturas urbanas de integração da juventude e festivais universitários;
 - Fortalecer o Conselho Estadual garantindo a ampla participação dos mais variados segmentos culturais, com caráter consultivo e deliberativo na elaboração, definição das políticas públicas culturais e democratização dos recursos.

10. Combate ao racismo

- Elaborar o Plano Estadual de Políticas de Promoção de Igualdade Racial;
- Estruturar o Conselho Estadual de Desenvolvimento e Direitos do Negro - CEDINE, com orçamento próprio e instalações adequadas;
- Garantir a participação política das entidades do movimento negro nos mecanismos de controle social;
- Aplicação e efetivação da lei 10.639/03 na Rede Estadual de Ensino, que torna obrigatório o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana nas Escolas Públicas e Particulares do Ensino Fundamental e Ensino Médio;
- Criar o programa de "Estratégia de Saúde da Família" nas comunidades quilombolas em parceria com a Secretaria de Estado e Ministério da Saúde;
- Implantar o Plano Nacional da Política Integral da Saúde da População Negra, visando assegurar a prevenção, tratamento e a reabilitação das doenças crônicas e patologias que acometem a população negra;
- Apoio à titulação das terras quilombolas e fomento à produção agrícola;
- Difundir a história local/regional, observando as várias correntes de comunidades negras e quilombolas, com a Criação do Museu da Cultura Afro-Sul-Mato-Grossense;
- Promover campanhas contra a intolerância religiosa e garantir punição judicial e agilidade nos processos aos casos de intolerância aos povos de terreiro;
- Capacitar os servidores da segurança pública para o combate ao racismo; criação da Delegacia Especializada em Crimes Raciais; Produção de materiais educativos sobre as penalidades que tipificam o crime de racismo; Criação do SOS Racismo, com equipe multidisciplinar e espaço para funcionamento; Incluir nos cursos de formação de soldados

policiais militares e civis, a disciplina "Educação para as Relações Etnorraciais e Combate ao Racismo";

- Atenção à Saúde da Mulher Negra, com capacitação de agentes de saúde e equipe médica para atender as necessidades nos casos de doenças de maior incidência em mulheres negras.
- Promover campanhas de sensibilização sobre a importância da denúncia em casos de violência contra as mulheres;
- Implantar a prática da capoeira nas escolas, inseridas no currículo.

11. LGBTQIA+

- Implantar/implementar políticas públicas para a promoção da cidadania e direitos humanos, dando ênfase às políticas afirmativas de acesso à educação e trabalho, em especial as populações mais vulneráveis de raça negra, indígena e periféricas;
- Viabilizar parcerias com instituições escolares (educação básica e superior) para implantação de ouvidorias que garantam o apoio para a permanência nas instituições de ensino;
- Estimular a produção de cartilhas educativas que abordem novas formas de convívio escolares e vivências culturais LGBTQIA+ no uso de espaços públicos;
- Assegurar a criação da comissão Parlamentar pela Cidadania LGBTQIA+, com pluralidade partidária e ideológica;
- Garantir formação continuada de profissionais da educação, assistência social, saúde, sistema prisional e socioeducativo para atendimento qualificado de adolescentes e jovens LGBTQIA+;
- Apoiar a capacitação de grupos LGBTQIA+ para a gestão de projetos culturais (elaboração, captação de recursos, execução e prestação de contas);
- Garantir apoio e financiamento para aplicação do calendário LGBTQIA+, para a realização da Parada da Diversidade, semana do orgulho LGBTQIA+ e outros eventos;
- Institucionalizar parcerias com as fundações de saúde e outros órgãos que realizam *hormonioterapia*, acompanhamento psicoterápico e cirurgias, apoiando medidas de acesso e de inclusão da população transgênero ao atendimento e tratamento pelo SUS;
- Ampliar o acesso universal, com qualidade à saúde integral para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no âmbito do SUS público estatal;

- Estimular a criação de medidas de saúde e educação de adolescentes, jovens e idosos por meio das Secretarias de Saúde e Educação, para implementação do plano de enfrentamento das DSTs/AIDs;
- Inserir políticas públicas afirmativas de inclusão/acesso às oportunidades de emprego;
- Garantir o reconhecimento do uso do nome social nos ambientes de trabalho, escolares, universitários e em espaços de atendimento ao público;
- Promover capacitações de abordagens policiais adequadas a essa população, como forma de garantia dos direitos constitucionais.

12. Segurança pública

- Implantar políticas de segurança pública democráticas e participativas com foco na proteção social e da dignidade da pessoa humana, convocando as carreiras policiais para elaboração de um planejamento estratégico de segurança pública;
- Reforçar o caráter protetivo, preventivo, investigativo e tecnológico da segurança pública;
- Implantar e fortalecer canais de participação e controle social na efetivação das políticas e atividades de segurança pública para a proteção dos direitos coletivos e individuais;
- Valorização dos servidores (as) da segurança pública com implantação de instâncias permanentes de diálogo, visando organização de planos de cargos, carreira e salários, capacitação técnica, humanística;
- Implementar políticas de segurança pública técnica, científica e de inteligência, com integração de todo o sistema estadual e nacional de segurança no combate e elucidação do crime organizado;
- Implementar políticas de segurança por meio de cooperação entre os países integrantes do Mercosul, países fronteiriços e em parceria com o Governo Federal para fortalecer a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras, no combate ao crime organizado, envolvendo, entre outros, o tráfico de drogas e tráfico de seres humanos, com ações de inteligência, prevenção e repressão.
- Buscar meios para reduzir a massa carcerária do Estado por meio de parceria entre as instituições, Universidades e Secretarias Estaduais. Em MS, o número de presos no sistema penitenciário teve aumento de 30,8%, conforme dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública.

13.Desenvolvimento econômico, indústria, comércio e serviços

• Em conjunto com a União, recuperar a malha ferroviária já existente no estado e criar rotas turísticas passando pelas aldeias e assentamentos, para que essas populações possam, caso queiram, desenvolver atividades comerciais como a venda de artesanatos e rotas de turismo;

- Investir na inclusão digital das populações mais carentes e na infraestrutura dos serviços de telefonia móvel, internet, em especial nas cidades do interior do estado e nas periferias.
- Promover acesso ao Fundo Constitucional do Centro Oeste;
- Contribuir nas ações de ampliação das linhas de crédito e limite de acesso a setores importantes do comércio e serviços;
- Investir, através de PPPs e Governo Federal, em logística de transporte Intermodal de Cargas, Ferrovias, Hidrovias, Portos e Aeroportos;
- Criar grupo de trabalho formado pelo governo estadual e pelas entidades de associados ligados ao setor (ACICG, SETLOG, SINPETRO, etc.) para viabilizar a criação e conclusão do Terminal Intermodal de Cargas e do Porto Seco, inclusive com PPP's, Convênios e Termos de Cooperação;
- Estabelecer parcerias com o Governo Federal para que as obras de logística previstas para MS sejam concluídas;
- Estabelecer estratégias para o desenvolvimento industrial que defina zonas e áreas prioritárias para orientar os investimentos privados e o crédito, considerando as cadeias produtivas em desenvolvimento e áreas com potencial de maior valor agregado aos produtos;
- Implantar/implementar uma política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da industrialização, com contrapartida de empregos de sul-mato-grossenses, priorizando as indústrias de pequeno e médio porte;

Mato Grosso do Sul, 12 de agosto de 2022.